

## **A expansão do agronegócio na Amazônia Paraense: morte e destruição** *The expansion of agribusiness in the Para Amazon: death and destruction*

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense (UFF), marli\_andrade@id.uff.br

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Crise ecológica, e mudanças climáticas: resistências e impactos na agricultura, nas águas e nos bens comuns**

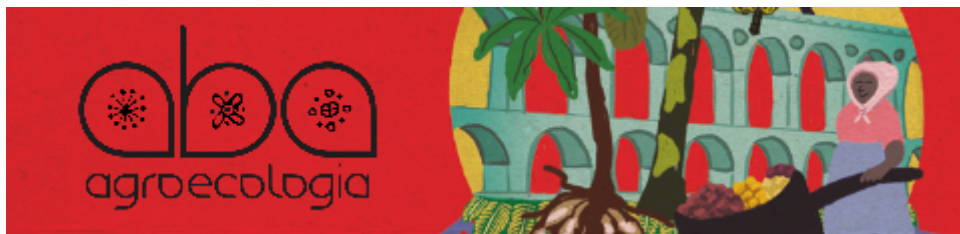
**Resumo:** As produções e exportações de *commodities* no Brasil têm crescido de forma exponencial nos últimos anos, revelando a dependência econômica brasileira desse modelo de desenvolvimento. Diante dessa realidade, esta pesquisa tem como objetivo: apresentar uma análise sobre a expansão do agronegócio na Amazônia Paraense para, então, analisar as dinâmicas do racismo ambiental na região e seus impactos para as populações do campo. A pesquisa, de abordagem quantitativa exploratória, utilizou dados disponíveis pela *Thomson Reuters Eikon Datastream* e pelo Governo Federal Brasileiro – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICES). Os principais resultados indicam o avanço do agronegócio na Amazônia Paraense, o modo como esse setor econômico atende às demandas da balança comercial e, ao mesmo tempo, afeta as populações do campo e os projetos de perspectivas agroecológicas na região.

**Palavras-chave:** agronegócio; racismo ambiental; *commodities*; populações do campo.

#### **Introdução**

Na Amazônia, os traços e os rastros da destruição em curso expõem o racismo ambiental, definido por Rocha e Vasconcelos (2018, p. 337) como “impactos e injustiças ambientais perpetrados por empreendedoras privadas e pelas políticas públicas realizadas pelo Estado que recaem sobre dada parcela da população, em razão de sua vulnerabilidade social, cor ou etnia”. O racismo ambiental, na visão das autoras, atinge a parcela mais vulnerável da sociedade que, além de padecer de desigualdades socioeconômicas, passa a suportar os impactos ambientais (ROCHA; VASCONCELOS, 2018). Logo, o racismo ambiental apresenta-se extremamente agressivo em regiões nas quais o agronegócio tem crescido de forma exponencial nos últimos anos – como é o caso da Amazônia Paraense –, acentuando os graus de conflitos territoriais, com rebatimentos diretos na recorrência de desastres/crimes ambientais nos modos de vida e saúde das populações e comunidades tradicionais (CASTRO, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2017).

Nas últimas décadas as iniciativas externas, consideradas modernizantes como empreendimentos ligados ao setor do agronegócio, transformaram os territórios do estado do Pará. Sob a lógica do grande capital, esses empreendimentos desconsideram os modelos tradicionais de desenvolvimento (BREILH, 2008; SILVA, 2011), entre eles os projetos de perspectivas agroecológicas. Esses empreendimentos caracterizam-se naquilo que Santos (2008) chamou de



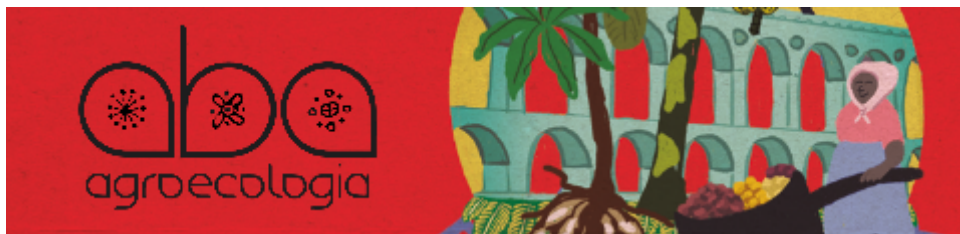
“internalização do externo”; ou seja, onde as técnicas capitalistas de produção são importadas dos países do Centro ou de outras regiões de dentro do país e que, na maioria das vezes, contribui para promover transformações nos campos econômico, demográfico, político, social, ideológico etc. Tais transformações têm provocado o debate sobre o futuro e a vida dos povos do campo, das águas e das florestas, gravemente ameaçados pela economia de *commodities* de base colonial, cuja tônica é negar direitos socioterritoriais e avançar no mercado de terras.

Com base nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma análise sobre a expansão do agronegócio na Amazônia Paraense para, então, analisar as dinâmicas do racismo ambiental na região e seus impactos para as populações do campo. Desse modo, a pesquisa elabora denúncias das práticas de racismo ambiental que, desde a década de 1970 com a implantação de diferentes projetos desenvolvimentistas, assolam a região Amazônica. Nesse sentido, a pesquisa constrói uma narrativa, pautada em dados empíricos, sobre o modo como essa matriz econômica ecocida afeta negativamente as vidas das populações do campo e os projetos de perspectivas agroecológicas, na região.

## **Metodologia**

Na Amazônia, a destruição, em formato de desmatamento para o cultivo de monoculturas, tem avançado progressivamente para um ponto de inflexão e/ou não retorno. Como sinalizou Andrade e colaboradores (2022), a destruição da Amazônia tem colocado em evidência muitas marcas, sobretudo os seguintes rastros: sangue das vidas perdidas nos conflitos agrários; cinzas das queimadas que, em função de uma necropolítica, favoreceu o setor do agronegócio; agrotóxicos usados constantemente para aumentar os lucros do setor econômico do agronegócio; fome das minorias políticas que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional; violações dos direitos humanos nas suas múltiplas dimensões, inclusive assassinatos de ativistas, ambientalistas, lideranças dos movimentos sociais indígenas e quilombolas; contaminação da água como consequência das práticas agressivas de exploração de metais pesados; entre outros. Os rastros da destruição também estão presentes na constituição histórica do estado do Pará – Amazônia Paraense – o qual ocupa uma área de 1.245.870,707km<sup>2</sup> (IBGE, 2021).

O cenário anteriormente citado revela os diferentes ensaios elaborados por um projeto de desenvolvimento que, de base colonial e neoextrativista, tem como propósito o extermínio da diversidade ecológica para ampliar as fronteiras de cultivo das monoculturas. Nesse contexto, é importante pontuar os graus de violências e de vulnerabilidades impostos aos grupos sociais que historicamente têm defendido e praticado outros modos de coexistência com a natureza; ou seja, as populações do campo, das águas e das florestas. Essas populações, embora definidas nos normativos nacionais apenas como populações do campo, congregam diferentes modos de vida e singularidades de diferentes povos. Contudo, compartilham a agroecologia como projeto de vida e de existência cosmológica.



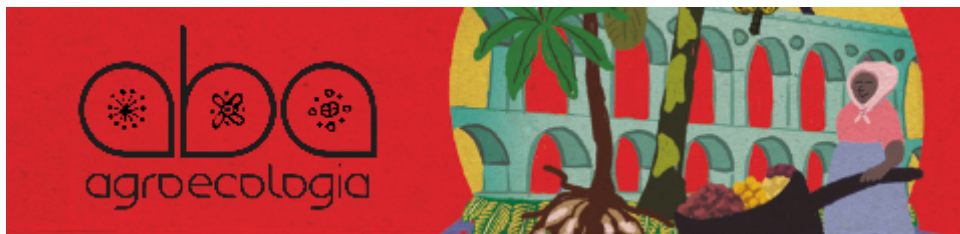
Com base nos argumentos apresentados, elaboramos esta pesquisa que, de abordagem quantitativa exploratória, utilizou dados provenientes da *Thomson Reuters Eikon Datastream* e dados oficiais do Governo Federal Brasileiro; principalmente as informações disponibilizadas pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MICES). Tais dados foram baixados durante o período de agosto a setembro de 2021. Nesse sentido, fizemos uma busca, primeiramente, sobre o faturamento da produção de *commodities* agrícolas no Brasil nos últimos dois anos para, então, diferenciar os principais produtos que aumentaram a produção brasileira.

## Resultados e Discussão

A produção de *commodities* no Brasil, sejam elas do setor agropecuário ou mineral-metálicas, pode ser compreendida no que Harvey (2005) chama de modelo de *acumulação por espoliação*, cujas características são: a desterritorialização de populações camponesas e tradicionais; o aumento de um proletariado sem terra; a privatização de recursos antes partilhados – em detrimento das formas autóctones e alternativas de produção, ambientalmente mais sustentáveis e socialmente mais justas – como é o caso dos projetos com perspectivas agroecológicas. Nesse modelo, a lógica atual do capitalismo não faz uso apenas de seus mecanismos tradicionais de acumulação, mas o faz também, “mediante práticas predatórias, a fraude e a extração violenta, que se aplicam aproveitando as desigualdades e assimetrias inter-regionais, para pilhar diretamente os recursos de países mais frágeis” (BREILH, 2008, p. 162).

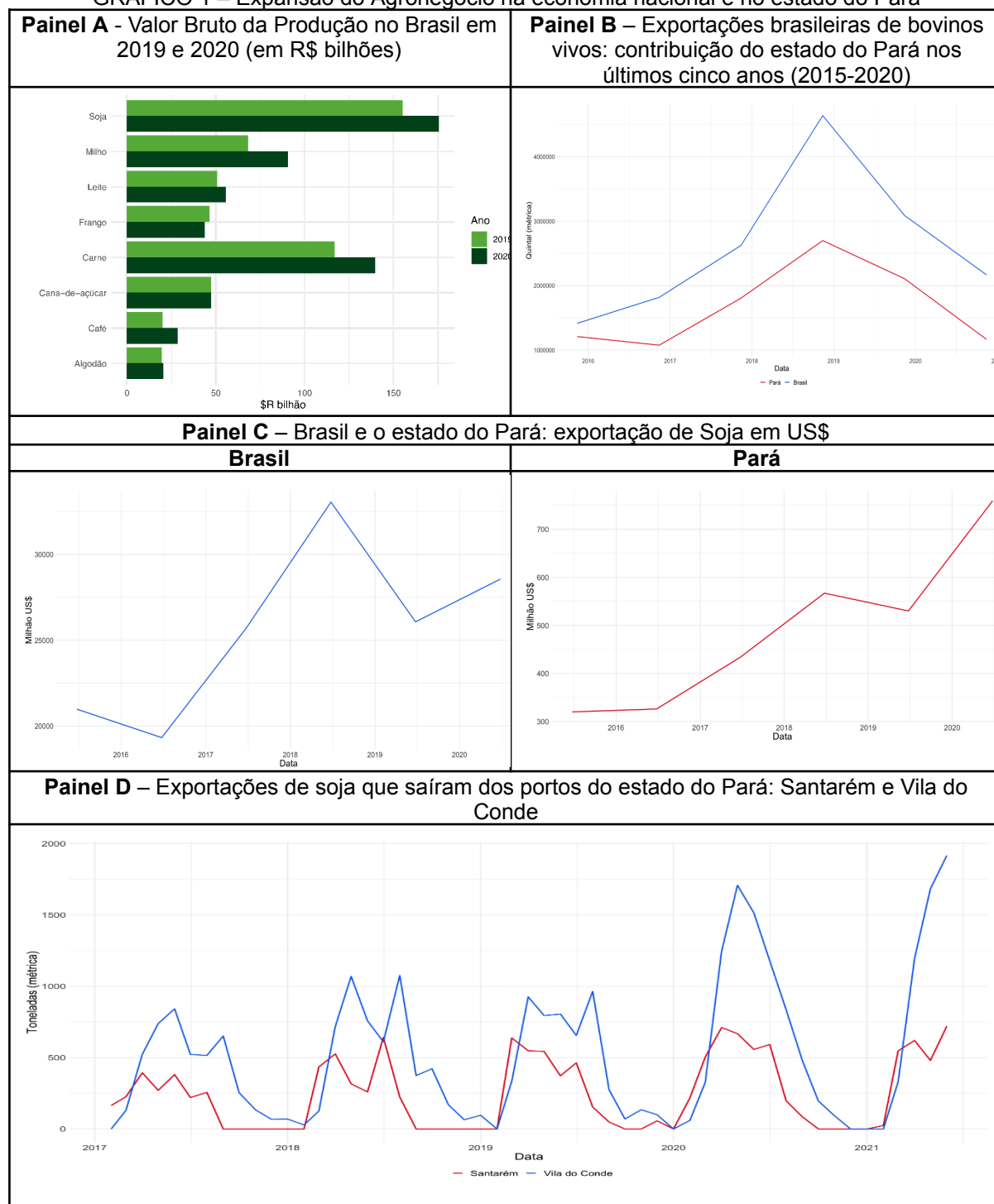
Diante de uma nova conjuntura política de mudanças nas leis ambientais na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (ANDRADE, 2019; 2020, BARRETTO FILHO, 2020), o Brasil atualmente encontra-se entre esses países com legislações ambientais mais frágeis. Igualmente como no passado – sobretudo entre as décadas de 1970 a 1990 – a Amazônia Paraense apresenta indicadores de vulnerabilidade para resistir à ampliação das fronteiras do agronegócio. Em outras palavras, do conjunto de atividades que envolvem toda a cadeia produtiva agrícola e/ou pecuária. Essa vulnerabilidade reflete o aumento das produções desse setor na região, conforme detalhado no Gráfico 1.

Os dados apresentados no Gráfico 1 revelam a expansão do agronegócio no Brasil nos últimos anos, com destaque para as exportações de soja, de carne bovina e de milho que, juntas, acumularam no ano de 2020 mais de R\$ 406 bilhões – conforme exposto no Painel A. No âmbito dessas exportações, o estado do Pará – Painel B – ocupa a primeira posição no setor de comercialização internacional de bovinos vivos; isto é, concentra mais de 54% da produção nacional. Contudo, essa alta produção representa uma série de implicações sociais e ambientais. Como sinalizou Silva (2011), a região da Amazônia e, por conseguinte o estado do Pará, tem aumentado progressivamente os impactos ambientais da expansão do agronegócio, com desdobramentos desfavoráveis aos produtores não capitalizados – de base

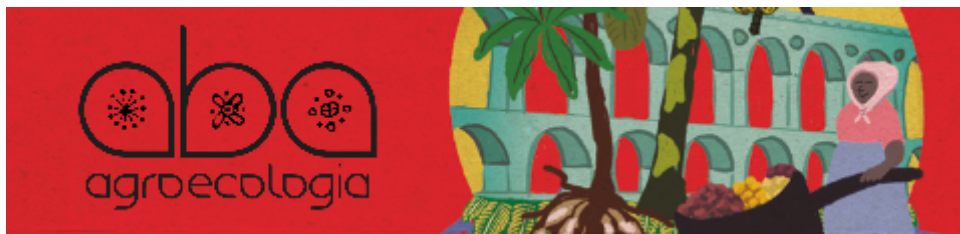


familiar agroecológica – que enfrentam o avanço das atividades que agravam a pobreza rural e a contaminação química provocada pelo agronegócio.

GRÁFICO 1 – Expansão do Agronegócio na economia nacional e no estado do Pará



Fonte: Elaboração nossa. Dados da pesquisa (2021), Thomson Reuters Eikon Datastream e Governo Federal Brasileiro – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.



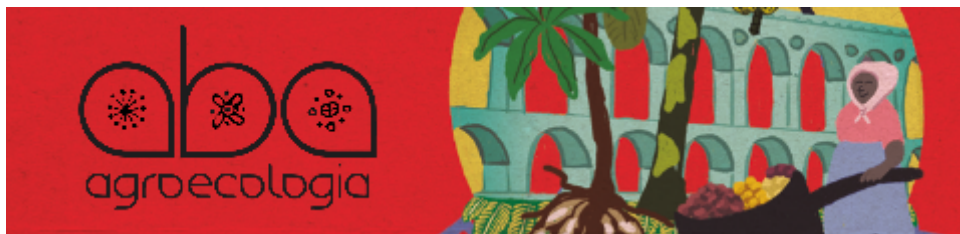
A expansão do agronegócio tem intensificado, também, o desmatamento, uma vez que tem incorporado as áreas de domínio público ao regime privado, com a finalidade de impulsionar a concentração de renda (SILVA, 2011; PRODES/INEP 2020). Para além dos impactos causados pelo setor de bovinos, o estado do Pará tem acompanhado a crescente expansão de exportações de soja – conforme dados expostos no Painel C – um aumento de 42% se compararmos os resultados obtidos nos anos de 2015 e de 2020. Esses impactos, de acordo com a pesquisa de Mesquita (2009, p. 3), ressaltam que “o modelo agrícola baseado na mecanização e quimificação da agricultura que prevalece desde a década de 1970, assentado na pecuária extensiva, e em anos recentes, associado com o ciclo de *commodities*, provocou consequências irreparáveis nos ecossistemas da Amazônia”.

Na Amazônia Paraense, a expansão da fronteira agrícola, baseada na mecanização e quimificação da agricultura, resulta mais evidente quando analisamos os dados expostos no Painel D; ou seja, as exportações de grãos de soja que saíram nos últimos cinco anos dos portos de Santarém e Vila do Conde – estado do Pará. Tais dados destacam o crescente envio de grãos de soja, principalmente, a partir do porto de Vila do Conde no ano de 2020, com superação desse aumento no ano de 2021. Essas informações indicam que o contexto da pandemia de COVID-19 não refletiu negativamente nas produções. Ao contrário, houve aumento nas exportações nesse período, o que nos leva a considerar a possibilidade dessa projeção se manter e/ou aumentar nos próximos anos, em função do contexto histórico de expansão dessa atividade econômica no território nacional.

## Conclusões

A pesquisa coloca em evidência que o agronegócio, apoiado pelo Estado brasileiro – com financiamentos e criação de incentivos fiscais – vem desregulamentando o trabalho e as legislações ambientais. Os representantes desse setor nos espaços de representatividade democrática, têm viabilizado toda a estrutura necessária para a sua expansão, além da legitimação simbólica do modelo, pautado na falaciosa ideia de desenvolvimento. Ao acelerar esse modelo de produção agressiva para os territórios amazônicos, principalmente após a década de 1990, ocorreram repercussões diversas nas vidas das comunidades locais.

Entre tais repercussões a pesquisa destaca: a concentração das terras por parte de fortes grupos econômicos; as dificuldades das comunidades locais no acesso aos bens naturais – água e biodiversidade; exposição/intoxicação por agrotóxicos das populações do campo resultado da quimificação da agricultura; assassinatos de ambientalistas e de indigenistas; entre outras práticas que caracterizam o racismo ambiental. Todos esses elementos têm impacto, negativamente, nos projetos de perspectivas agroecológicas de base familiar. Tais projetos, diante das lógicas violentas e sanguinárias do capitalismo, desafiam a financeirização do mercado e propõem outras perspectivas produtivas que visam a composição ecológica em processos de coexistência; ou seja, a agroecológica.



## Referências bibliográficas

ANDRADE, F Francisca M. R. Natureza e representações que *r-existem*: Cinco séculos de invasão, apropriação e violência na Amazônia brasileira. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 36, n. 2, p. 207-227, 2019.

ANDRADE, Francisca M. R. Desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: Significados e conceitos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 187, p. 1-21. 2020.

ANDRADE, Francisca M. R.; CARMO, Eunápio D.; HENRIQUES, Alen. B. Environmental Racism Dynamics in the Amazon Region In Pará State: Impacts of Agribusiness and Mining Activities on the Lives and Health of Traditional Populations. **Socioscapes. International Journal of Societies, Politics and Cultures**, v. 3, n. 1, p. 71-106, 2022.

BARRETO FILHO, Henyo T. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, v. 29, n. 2, p. 1-9, 2020.

BREILH, J. Pilhagens, ecossistemas e saúde. In: **Território, Ambiente e Saúde**. Org. BARCELLOS, C.; MIRANDA, A.; COSTA MOREIRA, J. *et al.* Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 159-180, 2008.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estado do Pará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>, 2021b.

MESQUITA, Benjamim. A. Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento. **12<sup>a</sup> Encontro de Geógrafos de América Latina: Montevideu, Uruguai**. Disponível em: [http://egal2009.easyplanners.info/area07/7584\\_Mesquita\\_Benjamin\\_Alvino\\_de.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area07/7584_Mesquita_Benjamin_Alvino_de.pdf).

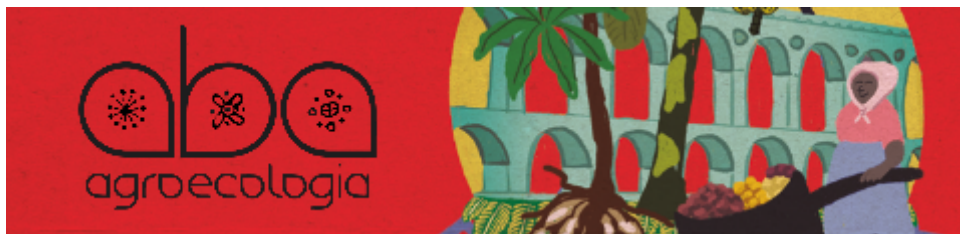
MPE-PA. **Apresentação: o caso Hydro Alunorte**. Barcarena-PA: Belém, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. **Amazônia: Encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PRODES/INEP. Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite. **Observação da Terra – PRODES Amazônia**, 2020. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em 26/05/2021.

ROCHA, Juliiani S.; VASCOLNCELOS, Priscila E. A. Racismo Ambiental. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**. Dourados, v. 6, n. 1, p. 337-340, 2018.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2008.



SILVA, José R. S. Produção de Commodities, Desmatamento e Insegurança Alimentar na Amazônia Brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, Heredia, v. 2, p.1-15, 2011.